

ÍNDICE

11 - Prognóstico	1/13
11.1 - Cenário Sem Empreendimento	1/13
11.2 - Cenário Com Empreendimento	8/13

11 - Prognóstico

11.1 - Cenário Sem Empreendimento

Percorrendo no sentido oeste - leste, a LT 500 kV Miracema - Sapeaçu e Subestações Associadas tem traçado projetado para percorrer o território 47 municípios de 04 (quatro) estados brasileiros: Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia.

O clima ao longo do traçado do empreendimento transita entre o Tropical quente úmido (Aw), em seus extremos, variando localmente a Tropical de altitude (Cwa), porém, estando em clima Semiárido quente (Bsh), ao centro. Para os aspectos pluviométricos, enquanto nas regiões litorâneas verifica-se relativa regularidade de chuvas, a maior parte do empreendimento pode ser caracterizada pela grande amplitude do índice pluviométrico ao longo do ano, podendo ocorrer déficits pluviométricos em grande parte do ano no sertão baiano. O semiárido tem registrado no início dessa década uma intensa estiagem, mantendo-se todo ano em déficit hídrico.

A caracterização geológica das Áreas de Influência aponta uma complexa composição lito-estratigráfica do substrato geológico, que envolve períodos datados desde o Eon Arqueano até o Período Quaternário, exibindo formações típicas do cristalino associadas a formações sedimentares consolidadas ou recentes.

O relevo atravessado pelo empreendimento expressa distintas e também complexas paisagens geomorfológicas, onde são marcantes ao longo do traçado as superfícies aplainadas que emergem como relevos residuais isolados, com vertentes pedimentadas. Porém, em alguns trechos, afloram abruptamente, marcantes elevações na passagem pelo estado do Piauí, onde o traçado encontra as Serras Grande e Uruçui, na Chapada dos Gerais e na Serra da Tabatinga, na Bahia, e quando atravessa a Serra do Espinhaço e a Chapada Diamantina, esta última alcançando as maiores elevações do traçado, acima dos 1.200 m.

Também merece destaque a passagem por terrenos de planícies aluvionares sujeitas à inundação dissecadas, como no Tocantins, rios das Balsas, Mendanha, Claro e seus afluentes. No longo trecho que corta a Bahia, o traçado atravessa a grande depressão do rio São Francisco, com amplas planícies de inundação dissecando morros de baixa elevação.

Neste quadro, em uma perspectiva construtiva e de presença da Linha, o risco geotécnico dos terrenos foi reportado, no geral, como pouco problemático, o que estabelece pouca atividade erosiva, além de baixo risco de escorregamentos e deslizamentos de terra. Estão presentes, entretanto, trechos de potencial erosivo enquadrados nas classes de Moderada a Forte em mais de 50% da área estudada, alcançando grau de Muito Forte suscetibilidade à erosão em trechos específicos. No ponto onde é mais elevado, o potencial erosivo responde a associação de relevo com declividades acentuadas, deficiência na cobertura vegetal e manejo inadequado do solo.

Um exemplo marcante do quadro erosivo é a zona de desertificação ao Sul do Piauí. A área é citada no Relatório Áreas Piloto para Investigação sobre a Desertificação no Semiárido Brasileiro monitorada pelo Ministério do Meio Ambiente. É classificada como área de alto risco, tratada como Núcleo de Desertificação de Gilbués (PI), abrangendo os municípios de Gilbués, Simplício Mendes, Cristino Castro, Ribeiro Gonçalves, Correntes, Bom Jesus e outros municípios vizinhos.

O empreendimento percorre sobre a abrangência de 03 (três) biomas: Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, todos considerados sob ameaça pela ocupação antrópica. Estão presentes somente 12 Unidades de Conservação na All e apenas o PARNA da Chapada Diamantina, Unidade de Proteção Integral da esfera federal, tem Plano de Manejo, porém, até o presente, não regulamentado na forma de Decreto.

Associados a seca extrema, os registros dos focos de queimada em 2012 (INPE, 2013), mostram que a zona de passagem da LT percorre a concentração dos maiores índices de focos desse evento no Brasil, entre o leste de Tocantins e o sul dos estados do Maranhão e Piauí.

O **Mapa de Uso e Cobertura do Solo - 2619-00-EIA-MP-3002, no Caderno de Mapas** aponta que as formações antrópicas, destinadas a agropecuária ou zonas urbanas, cobrem cerca de 1/3 do traçado. Dentre as formações nativas, as mais comuns são as de porte arbustivo, como o Cerrado sentido restrito e a Caatinga arborizada (12,7 e 9,3%). Os fragmentos associados à cobertura florestal correspondem a 6,1% da área analisada. Como um todo, as formações associadas ao Cerrado cobrem 27,0%, contra 10,2% daquelas associadas à Caatinga.

Sob a perspectiva socioeconômica, reporta-se a zona de passagem da linha com abrangência sobre municípios de baixa densidade populacional, comumente com taxas de crescimento demográfico abaixo da média nacional. O estudo dos indicadores demográficos demonstra fenômenos típicos do Brasil, conjugando processos de urbanização, a metropolização, a migração induzida e fuga de eventos climáticos, favorecendo as tendências demográficas negativas dos municípios atravessados do semiárido e zona da mata baiana.

Entretanto, dadas as diferentes regiões que atravessadas pelo empreendimento, o processo de crescimento da população apresenta-se bastante distinto ao longo da área de abrangência. Enquanto algumas regiões apresentam queda no número de habitantes ao longo dos últimos 30 anos, como os municípios da região Metropolitana de Salvador, do estado do Tocantins e do Vale São Franciscano da Bahia, outros, como no Sul Maranhense, vêm registrando aumento demográfico superior à média nacional na última década, dando destaque ao município de Balsas, pelo crescimento da população de 38,8% no último censo.

A partir dos dados do IBGE (2010), verifica-se que o saneamento dos municípios atravessados pelo empreendimento registra quadro de significativa precariedade nos serviços sanitários. Nos municípios da AII, a fossa rudimentar é a forma mais comum de esgotamento, atendendo a 62% dos domicílios contra 25% na média nacional. As melhores condições de saneamento nos municípios da AII foram registradas em Sebastião Barros/PI e Castro Alves/BA, que contam com 58% e 52% dos domicílios com coleta de esgoto, respectivamente. A coleta de resíduos sólidos só atende a 63% da média dos municípios, abaixo da média nacional (87%), sendo ainda mais escassa no Sudoeste Piauiense (45%) ou no Extremo Oeste Baiano (21%). A queima do lixo ou o abandono em terrenos é ainda forma comum de destinação do lixo nos municípios atravessado.

As formas paralelas de abastecimento de água, como carros pipas e cisternas para coleta e armazenamento da chuva, têm valores expressivos na garantia da água residencial dos municípios do semiárido. De forma geral, de 16 municípios pesquisados (que estão considerados na fonte utilizada) e presentes na AII (2009), o abastecimento de água por rede geral atende parcela de 72% dos domicílios, percentual menor que a média nacional que é de 83%.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região também está abaixo do nacional (0,727), variando entre 0,574 (All Sudoeste Piauiense) e 0,660 (All Sul Maranhense). Entre os municípios, Pedro Afonso (All Oriental do Tocantins) apresentou o maior IDH-M verificado na All: 0,732 (valor próximo ao índice nacional). No outro extremo está Nova Itarana, na All Centro Sul Baiano, cujo IDH-M é de apenas 0,524.

A agricultura tem importância na participação do PIB em toda All (21%), acima da participação nacional (5%), com destaque a Alto Paranaíba/MA (59%) e Ibicoara/BA (57%). A indústria contribui com a parcela mais importante em Miracema do Tocantins/TO (69%). Entretanto, na All, dentre as parcelas do PIB, 60% é gerado pelo setor de serviço, abaixo da média nacional, que é de 67%, demonstrando reduzida industrialização.

A produção agrícola intensiva se dá em regiões específicas, para grãos, principalmente em Tocantins e no Sul do Maranhão, e para frutas, na depressão São Franciscana. A pecuária bovina é também bastante difundida, tendo importância na economia industrial. No estado da Bahia, os municípios analisados se apresentam como polos significativos de produção voltada para o mercado interno, cujos principais produtos são mandioca, feijão, laranja, café e carnes bovina e suína.

A produção agrícola extensiva, pelo baixo uso de mão de obra, assim como a baixa industrialização da região, tem forte vínculo com a reduzida empregabilidade local. O Grau de Informalidade chega a 71,1% dos trabalhadores da All, contra 47,4% na média nacional. No mesmo sentido, o vínculo empregatício dos trabalhadores estimado nos municípios da All é bastante inferior a condição nacional com, por exemplo, 38,2% do pessoal ocupado na Bahia, contra 52,6% no Brasil. A renda mensal per capita, paralelamente, aponta para quadro similar, mantendo-se inferior à média nacional, sendo um terço da média mensal: R\$359,85 contra R\$901,01.

O eixo de passagem do empreendimento tem forte presença das Associações de Produtores Rurais, entidades localmente representativas da organização social, particularmente destacando os Projetos de Assentamento Rural. Adicionalmente, verifica-se que uma parcela significativa dos municípios cortados pelo empreendimento é ocupada por formas diversas de Assentamentos Rurais, organizados a diversas entidades e movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados - Movimento CETA, que representa trabalha-

dores rurais sem terra ou Comunidades Quilombolas, como a Associação Quilombola da Lapinha e Adjacências, em Igaporã, entidade articuladora das Comunidades Quilombolas.

Também estão presentes nos municípios diversas entidades e formas de organização ligadas à defesa ambiental e conservação, cooperativas para atuação no beneficiamento agrícola, mineração ou para o desenvolvimento empresarial.

Os principais conflitos sociais identificados ao longo dos municípios atravessados estão ligados a questões agrárias e a posse da terra, assim como decorrem da violência urbana.

O eixo de passagem do empreendimento conta com uma rede limitada de serviços de saúde. Emergem como importantes aos óbitos e casos de internações, doenças infecciosas e parasitárias e doenças do aparelho respiratório. Nos municípios de Miranorte/TO e Alto Paranaíba/MA, ao longo do ano de 2012, as internações por doenças infecciosas e parasitárias ultrapassaram aquelas oriundas de questões normais envolvendo o puerpério, gestação e parto. Já no Sudoeste Piauiense, chamam atenção as internações causadas por “lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas”, que aparece na segunda posição entre as internações no município de Corrente. Na All Metropolitana de Salvador, o município de Sapeaçu se destaca por ter maior número de internações por doenças infecciosas ou parasitárias. Na All Centro Norte Baiano, observa-se frequência significativa das doenças do aparelho digestivo e, no Centro Sul Baiano, doenças do aparelho respiratório seguidas das doenças infectocontagiosas, o que indica precárias condições de saneamento e habitação. Dentre as doenças de transmissão vetorial, a dengue é a endemia mais disseminada na área em estudo, sendo risco para todos os estados atravessados pelo empreendimento, superando os 100 mil registros de dengue no estado da Bahia em 2009.

Em suma, o eixo de passagem é representado por uma ampla diversidade de condições ambientais e socioeconômicas. Para aspectos dinâmicos do Meio Físico, a ocorrência dos processos erosivos em pontos específicos ao longo do eixo de passagem da LT depende da conjugação de fatores geológicos, edáficos, climáticos e de uso do solo. A vulnerabilidade erosiva é mais intensamente registrada em regiões de relevo abrupto, como nas bordas interplanálticas, sendo mais representada nas zonas de manejo inadequado do solo. Em Gilbués registra-se zona associada a processo de desertificação.

A baixa abrangência da conservação legalmente instituída e as formas históricas de uso do solo apresentam-se no presente quadro local, com tendências que apontam para a redução das áreas nativas e dos habitats, com ameaça as espécies presentes nos diferentes biomas. Enquanto as zonas do Cerrado estão sob mais intensa pressão da ocupação agrícola, as alterações climáticas associadas ao manejo antrópico são o elemento de pressão sobre a biota da Caatinga.

A atual demografia da região tem evidentes marcas dos processos migratórios recentes, ora da imigração induzida pela colonização para o desenvolvimento agrícola, aos quais é atribuído importante papel para o crescimento nos trechos iniciais do empreendimento, ora pelas ondas emigratórias resultantes dos eventos climáticos e/ou econômicos, os quais vêm reduzindo a população na região do semiárido, atravessada pelo traçado.

As municipalidades mostraram-se com elevada vulnerabilidade diante do precário atendimento às demandas sociais. Reportam-se como escassos os serviços viários, de segurança, saúde e abastecimento de água. Os dados apontam para um quadro geral de déficit nos serviços sociais e precária condição de vida, que dependem, para sua evolução, das dinâmicas econômicas e sociais nacionais.

A infraestrutura pública da All é deficiente, apresentando baixos índices de cobertura da rede geral de esgoto, destinação dos resíduos sólidos e adequação das instalações sanitárias. O abastecimento de água é parcial em grande parte dos municípios, e não é raro o fornecimento de água sem qualquer espécie de tratamento. Similar são os serviços públicos de segurança e transporte. O quadro diagnosticado aponta também deficiência no atendimento médico, condição agravada pelas condições sanitárias precárias associadas à carência de serviços básicos de saúde. Não há indicadores de melhora superior ao próprio crescimento da demanda.

O eixo atravessa uma diferenciada zona ambiental, que apresenta diferenças no clima e outros aspectos ambientais, fazendo igualmente variado o quadro epidemiológico. Todo eixo, entretanto, pode ser reportado como zona de risco para diversas doenças de propagação vetorial. Este quadro aponta para um estado de agravamento dos casos relacionados à dengue, condição favorecida pela carência do saneamento.

A evolução do IDH na AI acompanha, no geral, processos de evolução econômica regional, com crescimento mais intenso na zona com maior desenvolvimento do agronegócio, a exemplo do Vale São Franciscano da Bahia, Sul Maranhense e estado do Tocantins, ou o crescimento de atividades do setor petrolífero, como no Recôncavo Baiano. Já no Sudoeste Piauiense, onde estão alguns dos piores IDHs da área em estudo, verifica-se um desenvolvimento do agronegócio tardio, somente a partir da última década, concentrado em Corrente e Gilbués.

A baixa industrialização e a elevada mecanização da agricultura em alguns municípios, ou mais comumente, a reduzida dinâmica econômica nos municípios, pode ser indutor da baixa empregabilidade, elevada informalidade e baixos salários, quadro comum dos municípios da Área de Influência.

O estudo registra crescimento da representatividade da organização social formal ligada aos movimentos rurais, sendo crescente a presença de assentamentos e outras formas de fixação do trabalhador no campo. Um exemplo importante são as organizações quilombolas no trecho leste do traçado. Entretanto, diante do mesmo processo, também se verifica o crescimento dos conflitos fundiários decorrentes da ocupação de áreas de interesse.

A Análise Integrada da faixa de passagem do empreendimento, resultante da conjugação dos aspectos dos Meios Físico, Biótico e Socioeconômico, aponta que as zonas de sensibilidade ambiental mais acentuadas ao longo do trajeto estão associadas a fatores específicos, como a presença de vegetação florestal em Unidades de Conservação e/ou variações acentuadas no relevo. De forma geral, a vegetação nativa, quando associada aos cursos hídricos, dá destaque em sensibilidade nas Áreas de Preservação Permanente (APPs). Também emergem como pontos de sensibilidade mais acentuada, as comunidades tradicionais e Assentamentos Rurais dispersos ao longo de diversos trechos.

A condição urbana, também considerada na análise, tende a certa homogeneidade na integração dos aspectos abordados, com baixa sensibilidade imposta pela LT a condição municipal. Entretanto não deve ser descartada a forte vulnerabilidade de diversos municípios ao longo da área analisada, diante do quadro diagnosticado, condição pouco evidente na análise tanto pelo afastamento precedido da LT dos núcleos urbanos, quanto pela representação minúscula destes na escala de estudo usada.

Entretanto, a análise identifica ao longo de todo traçado, uma sensibilidade tendendo a reduzida, resultante das formas aplainadas do relevo, da cobertura de vegetação de porte arbustivo e ou herbáceo, menos sensíveis ao modelo de empreendimento em foco, assim como da baixa ocupação humana.

Com base nas condições atuais prognosticadas ao longo das regiões atravessadas, 03 (três) principais tendências socioeconômicas podem ser distintas: Aquela fomentada pelo desenvolvimento do agronegócio, outra pelo desenvolvimento da agricultura familiar e ainda aquela representada pelo esvaziamento populacional.

Localmente, estas tendências tem forte vínculo com a condição histórica e ambiental, fazendo do agronegócio mais ativo nas porções iniciais do traçado, sobre os grandes platôs residuais do relevo e de pluviosidade mais regular. A agricultura familiar tem maior vínculo com as ocupações históricas do vale do São Francisco ou com a tradicional ocupação do Recôncavo Baiano. Assim, restam as regiões do semiárido onde as condições climáticas e produtivas, cada vez mais severas, que conduzem ao esvaziamento tanto das atividades econômicas quanto sociais.

Em termos tendenciais, no que refere ao fomento exógeno, também deve ser apontado certa independência evolutiva das zonas associadas à agricultura. Essa atividade, em ambas as representações, tende a ser auto geradora de recursos, propiciando à manutenção das atividades produtivas, garantindo indiretamente ainda, a capacidade de gestão as municipalidades anfitriãs. Por outro lado, entretanto, não se verifica esta condição nas regiões medianas do traçado, sobretudo aquelas afetadas nas zonas de seca. Neste caso, o esvaziamento produtivo e econômico já existente tende a agravar-se no futuro, dada a dependência das fontes públicas de recursos e incentivos, inclusive para manutenção das condições básicas de vida.

11.2 - Cenário Com Empreendimento

A Linha de Transmissão 500 kV Miracema - Sapeaçu e Subestações Associadas é uma indicação do cenário de expansão do Sistema Interligado Nacional (SIN), voltado para a garantia da ligação da crescente oferta energética das regiões Norte e Nordeste ao SIN. O empreendimento faz parte do conjunto de linhas e subestações que compõem o Lote A do Leilão nº 007/2012, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 19 de dezembro de 2012. A concessão para implantação e operação do empreendimento foi obtida pela ATE XVI Transmissora de Energia S.A.

O aumento da oferta de energia e da confiabilidade do sistema de transmissão elétrica com a interligação Norte - Sudeste é a principal justificativa do empreendimento. Este aspecto é o benefício final que se contrapõe as adversidades decorrentes da implantação e operação da LT.

A alternativa de traçado adotada no presente EIA já contempla revisões em relação a proposta original (R3 - Relatório de Caracterização Socioambiental disponibilizado previamente ao referido leilão). As otimizações foram adotadas buscando reduzir as interferências com os fatores e componentes socioambientais mais sensíveis identificados na região. Para desenho do presente traçado foram considerados os seguintes elementos:

- A ligação entre as subestações;
- Presença de acessos e pontos de apoio às obras;
- Desvio de Unidades de Conservação, assim como de adensamentos florestais e feições críticas da paisagem;
- Desvio de adensamentos populacionais urbanos e Terras Indígenas e, quando possível, de projetos de assentamento, Comunidades Quilombolas e outras comunidades tradicionais;
- Desvios de patrimônio espeleológico e zonas de elevado potencial erosivo; e
- Otimização na travessia de grandes corpos d'águas.

A presente alternativa tem 1.854,51 km de extensão, sendo composta por 06 (seis) trechos interligados por subestações. Ao longo do traçado serão implantadas 02 (duas) novas subestações, além de outras 04 (quatro) já presentes, que deverão ser ampliadas, somando, no total, uma área de cerca de 244 ha.

Considerando o distanciamento médio de 500 m entre as torres, será exigido um total de 3.710 estruturas, sendo 75% das estruturas do tipo estaiada. A faixa de servidão será de 60 m de largura, a faixa de serviço deverá ser definida pelo órgão ambiental, mas neste estudo está sendo considerada de, no mínimo, 5 m e as áreas de torres variando de 0,15 a 0,16 ha por torre.

Para instalação de LT há necessidade de circulação de veículos, inclusive de grande porte, exigindo o constante deslocamento de trabalhadores. Para otimização do processo construtivo, será necessária a implantação de até 16 canteiros de obras. Os canteiros serão alocados preferencialmente nas proximidades de rodovias. Além disso, haverá também a necessidade de instalação de outros 06 (seis) canteiros de obra que serão dedicados às obras de construção e/ou ampliação das Subestações.

Para a construção, são esperados até 6.600 trabalhadores no pico de obras, que é transitório entre os trechos. Estima-se que em média estarão presentes cerca de 300 trabalhadores por canteiro. Tal como a contratação, a dispensa desses trabalhadores segue o cronograma de obras. O tempo total de construção está estimado em 18 meses e não deve haver contratação expressiva de trabalhadores para fase de operação, visto que a demanda de mão de obra nesta fase é muito pequena.

Há necessidade de corte raso da vegetação para abertura das vias de acesso, faixa de serviço, base das torres, além das áreas operacionais. No restante da faixa de servidão será necessário o corte seletivo e/ou poda dos maiores indivíduos arbóreos, sendo o distanciamento de segurança dos cabos o limitador para altura da vegetação.

A presença da faixa de servidão representa restrição para diversos usos comuns a região, como cultura de safras que exigem queimada e instalação de benfeitorias. Pela passagem da LT, assim como para a implantação/ampliação das SEs, os proprietários serão indenizados e serão definidas novas práticas de uso sob a faixa. Porém, dá-se destaque a vulnerabilidade das pequenas propriedades e as coletivas, algumas já cortadas por outras LTs, assim como de usuários não proprietários, porém, dependentes da faixa afetada.

Pelo planejamento, construção e presença da LT, verifica-se intervenções de 03 (três) origens principais: Primeiro pelas expectativas geradas pelo empreendimento e as potenciais adversidades, particularmente pelas definições de áreas de uso restrito e expectativas de geração de emprego.

Segundo pelas alterações na qualidade de vida, geradas pelas atividades de obras, aumento da dinâmica de trabalhadores, veículos e capitais, sobretudo diante da deficiência no atendimento público às demandas municipais.

Terceiro pelas alterações na faixa de servidão, com repercussões sobre propriedades, proprietários e usuários, assim como ao solo, a cobertura vegetal, habitats naturais e a biota.

Para impactos decorrentes da definição de área de uso restrito, a análise dos impactos destaca que o pagamento de indenizações interfere, em particular, na estrutura fundiária, estando presente desde formas mais regulares de posse da terra, como grandes fazendas produtoras de grãos, a assentamentos coletivos, alguns com posses da terra definida, alguns com ocupação ainda em processo de regularização.

O estudo estima interferências à qualidade de vida, associadas às ações de obras, como movimentação de máquinas e trabalhadores. Tais condições devem ser agravadas em localidades onde registra-se vulnerabilidades sociais já instaladas. Tem destaque, o aumento do contingente masculino e a relação com o aumento da violência sexual, frequentemente registrado em obras de grande porte.

Com a instalação dispersa de canteiros de obras, o estudo estima que a atratividade de trabalhadores tende a ser baixa, trazendo menor o risco de pressão temporária sobre os serviços básicos locais. A condição merece atenção, entretanto, tendo em vista o estado precário das municipalidades afetadas.

O estudo dos impactos destaca as intervenções necessárias a definição da área de uso restrito referente a faixa de servidão, onde deve ocorrer o impacto de Deslocamento Compulsório de Famílias, que tem repercussão sobre a população de modo geral, conjugando para elevação das Interferências na Qualidade de Vida. Esse conjunto de impactos tem relevância especial nas áreas de ocupação diferenciada, fato que exigiu referência especial às Interferências com Comunidades Quilombolas. Tem destaque para presença de Comunidades Quilombolas os municípios da Bahia, sobretudo Bom Jesus da Lapa.

Diante da definição e uso da faixa de servidão, o estudo ainda estima intervenções inerentes ao processo, levando a consequências sobre a biota e a conservação, com risco de perda de indivíduos da fauna, decorrente de acidentes, caça, captura e morte. As interferências na fauna tendem a ser agravadas pela perda ou alteração da cobertura vegetal e aumento da atividade antrópica nas proximidades de fragmentos e habitats conservados. A alteração na vegetação foi considerada impacto de maior relevância, visto que é imposto ao longo de todo percurso, exigindo corte raso nas bases das torres, subestações, novas vias de acesso e na faixa de passagem dos cabos.

A abertura de acessos e a remoção de vegetação para instalação da faixa de serviço e torres é um impacto que tende a ter maior severidade em trechos de elevado potencial erosivo, o que representa risco para o processo construtivo e operação da LT, assim como para o meio. Este quadro é magnificado pela necessidade de intervenção em trechos de elevada declividade, como nas bordas dos planaltos. O elevado potencial erosivo exigiu, por exemplo, o desvio do traçado a fim de evitar a travessia da região de desertificação, em Gilbués.

A abertura de acesso em áreas remotas também representa risco de ocupação desordenada, com riscos, sobretudo, sobre a conservação da biota. Entretanto, grande parte do traçado tem ocupação já bastante estabelecida, e zonas isoladas estão em grande parte associadas à inadequação agrícola do solo. Desta forma, nota-se como pouco relevante a indução da ocupação de áreas remotas.

A conservação formal ao longo do empreendimento foi diagnosticada como escassa e as adversidades a biota foram ressaltadas pelas interferências na APA do Rio Preto e na zona de amortecimento da ESEC do Rio Preto. Na travessia por essas áreas, impactos a biota ganham importância pela interferência em ambiente de condição especial, por exemplo, em zonas onde registra a presença de fragmentos da Floresta Estacional Decidual e Semidecidual.

Observando as condições locais resumidas com a baixa ocupação e alteração dos ambientes nativos, assim como da condição temporária das intervenções necessárias a construção do empreendimento, a análise dos impactos ambientais estima que a maioria seja de pequena ou muito pequena relevância. Porém, a mesma destaca a importância do universo de programas propostos para gestão das adversidades, onde tem destaque o Plano de Comunicação Social e o Plano de Gestão Ambiental.

Para atendimento das adversidades aos proprietários e demais usuários das terras afetadas, a implantação do empreendimento conta com o Programa de Negociação e Indenização para o Estabelecimento da Faixa de Servidão e Acessos, que faz parte do Plano de Atendimento à População Atingida. Por outro lado, merece atenção especial, a variedade de formas de ocupação e posse da terra ao longo do empreendimento, condição que pode fomentar divergências ao processo de indenização, sobretudo na relação com os pequenos proprietários, socialmente mais vulneráveis. Para as adversidades de obras, a análise de impacto considera o atendimento do Plano Ambiental

de Construção, o Plano de Apoio aos Municípios e o Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores. Entretanto, merece atenção especial desses programas, os trechos de travessia do traçado sobre zonas de pequenas propriedades, assentamentos, pequenos aglomerados rurais e comunidades de ocupação tradicional.

Para minimização dos impactos a biota, o processo de implantação e obras contam com programas que atuam tanto para gestão dos impactos quanto para recuperação das áreas degradadas. Neste caso, é destacada a inevitável intervenção em fragmentos de cobertura vegetal nativa, ainda conservada. Impactos incidentes sobre a biota podem perdurar na fase de operação, visto que continuará o corte seletivo de indivíduos arbóreos emergentes durante a manutenção da faixa de servidão. Para a avifauna, verifica-se risco de perda de indivíduos gerados pelo choque com cabos e torres. Para tanto, a alocação de sinalizadores será avaliada, visando a escolha dos locais e tipos de equipamento a serem instalados.

Em suma, a avaliação de impactos ambientais considera que a implantação e presença da LT 500 kV Miracema - Sapeaçu e Subestações Associadas interfere no meio com adversidades que são, em sua maioria, reversíveis e temporárias, sobretudo com a correta implantação das medidas indicadas nos Programas Ambientais.

Verificam-se ainda, benefícios locais, indiretos, resultantes da indenização pela passagem da LT, particularmente em propriedades sem qualquer investimento na produção agrícola no presente. Também podem ser citados impactos positivos da contratação temporária de mão de obra local, capacitação da mão de obra local e a dinamização da economia municipal, particularmente para as localidades com comércio e serviços capazes de atender a demanda gerada. E, por fim, pela correta aplicação dos valores de compensação destinados às Unidades de Conservação.

